

Advogado entra com ação contra 503 políticos

Porto Alegre — Em função da CPI do Orçamento, o advogado gaúcho Antônio Beiriz entrou ontem com uma ação popular na Justiça Federal contra todos os 503 parlamentares do Congresso Nacional e todos os nove ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) por crime de lesão ao dinheiro público ou por conivência ou omissão. A ação exige que todos façam o ressarcimento dos recursos roubados, estimados em US\$ 20 bilhões.

Também foram incluídos como réus os governadores Joaquim Roriz, João Alves Filho, Edison Lobão, os ex-ministros Margarida Procópio, Carlos Chiarelli e Henrique Hargreaves, e o ex-diretor-geral do Orçamento, José Carlos Alves dos Santos. Igualmente pediu o indiciamento das construtoras Odebrecht, Servaz, OAS, Andrade Gutierrez, GM, Queiroz Galvão, Mendes Júnior, Tratex, Construmax, Fundações da Fraternidade Essênia e JR Aragão, Construtoras Cowan e EIT, Sociedade Amigos de Parelhas, Confederação Brasileira dos Serviços de Assistência Social, Ordem dos Ministros Evangélicos do Brasil e Associação Promotora do Evangelismo.

O advogado Antônio Beiriz é uma espécie de campeão gaúcho de ações populares (já impetrou mais de 30), uma das quais, bem-sucedida, levou à suspensão — por falta de previsão orçamentária — da distribuição, em 1989, de 600 medalhas de ouro, prata e bronze aos constituintes e autoridades pelo então presidente do Congresso, o falecido Ulysses Guimarães.

Como liminar da nova ação, Beiriz solicitou a decretação de indisponibilidade de bens, para seqüestro e posterior leilão, de várias pessoas, entre elas os governadores Joaquim Roriz, Edison Lobão, João Alves Filho, os parlamentares Ibsen Pinheiro, Genebaldo Correia, João Alves, Ricardo Fiúza, José Geraldo Ribeiro, Manoel Moreira, Cid Carvalho, Ronaldo Aragão, Fábio Raunheitti, José Carlos Vasconcelos, José Luiz Maia, Eraldo Tinoco, Raquel Cândido, Feres Nader, João de Deus Antunes, Daniel Silva, Francisco Diógenes, entre outros.